



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1675868

Transformações territoriais em Manaus–Itacoatiara–Silves–Itapiranga: um relato de experiência em trabalho de campo sobre grandes empreendimentos e comunidades tradicionais

Lorena Suani dos Santos Vieira¹

Luiza Victória de Almeida Guimarães²

Sofia Zaire dos Santos³

Isadora Santos da Silva⁴

Resumo

Este relato de experiência analisa as transformações territoriais observadas durante um trabalho de campo realizado em 2026 nos municípios de Itacoatiara, Silves e Itapiranga (AM), com foco nos impactos de grandes empreendimentos sobre comunidades tradicionais. A experiência foi registrada por meio de observação direta, diário de campo, registros fotográficos e discussões ao longo do percurso. As análises evidenciaram a expansão da infraestrutura logística, do agronegócio e dos empreendimentos energéticos, associada à valorização fundiária, conflitos territoriais e pressões sobre comunidades quilombolas, ribeirinhas e camponesas. Destacaram-se o Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago do Serpa e a Comunidade Centenário como exemplos de resistência frente às transformações territoriais. A experiência reforçou a importância do trabalho de campo para articular teoria e prática e promover uma compreensão crítica das dinâmicas territoriais na Amazônia.

Palavras chave: Geografia Agrária; Trabalho de campo; Território; Comunidades tradicionais; Amazônia.

Land Use Changes in Manaus–Itacoatiara–Silves–Itapiranga: A Fieldwork Account of Large-Scale Development Projects and Traditional Communities

Abstract

This experience report analyzes the territorial transformations observed during a field study conducted in 2026 in the municipalities of Itacoatiara, Silves, and Itapiranga (AM), focusing on the impacts of large-scale enterprises on traditional communities. The experience was documented through direct observation, field notes, photographic records, and discussions throughout the fieldwork. The analyses revealed the expansion of logistics infrastructure, agribusiness, and energy projects, associated with rising land values, territorial conflicts, and

¹ Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, lsdsvi.geo24@uea.edu.br

² Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, lydaguo.geo24@uea.edu.br

³ Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, szdsa.geo24@uea.edu.br

⁴ Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, isdsi.geo24@uea.edu.br



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1675868

increasing pressures on quilombola, riverside, and peasant communities. The Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago do Serpa and the Centenário Community stood out as examples of resistance to these territorial transformations. The experience highlighted the importance of fieldwork in connecting theory and practice and fostering a critical understanding of territorial dynamics in the Amazon.

Keywords: Agrarian Geography; Fieldwork; Territory; Traditional Communities; Amazon.

1.Introdução

O trabalho de campo da disciplina de Geografia Agrária foi realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 2026. Foram percorridos a rodovia AM - 010 (Manaus - Itacoatiara) e um trecho da AM - 363 que liga Itacoatiara aos municípios de Silves e Itapiranga. Foi visitado o Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago do Serpa, conheceu-se sua história e suas lutas para a defesa do território. Também foram realizadas paradas na estrada que liga o município de Itacoatiara a Silves e Itapiranga (AM - 363) em que foram discutidos os impactos da empresa Eneva no estado do Amazonas. O trabalho de campo teve como objetivo observar na prática, as transformações territoriais relacionadas à valorização fundiária e à expansão do latifúndio, do agronegócio, da expansão urbana, da infraestrutura logística, da exploração de gás natural e de outros empreendimentos energéticos, bem como analisar seus impactos sobre a agricultura, os modos de vida de comunidades camponesas, quilombolas e ribeirinhas e os conflitos socioambientais decorrentes dessas dinâmicas.

Nesta pesquisa, compreende-se o território como uma categoria geográfica que ultrapassa sua dimensão física, envolvendo relações de poder, apropriação, identidade e disputas pelo uso do espaço. Nessa perspectiva, o território constitui-se pelas práticas sociais, políticas e econômicas que conformam diferentes formas de controle e pertencimento, sendo fundamental para compreender os conflitos decorrentes da expansão de grandes empreendimentos sobre comunidades tradicionais (Santos, 2006; Oliveira, 2007).

O principal procedimento metodológico adotado foi a observação direta das dinâmicas territoriais ao longo do percurso entre os municípios de Manaus, Itacoatiara, Silves e Itapiranga. As atividades incluíram visitas a comunidades tradicionais e a pontos estratégicos de análise, além de discussões realizadas durante o percurso. As informações foram registradas por meio de anotações em diário de campo, registros fotográficos e observações, que subsidiaram a descrição e a análise das experiências vivenciadas.

2. Relato de Campo

2.1 AM-010 como vetor de expansão e reestruturação territorial

O primeiro ponto de observação ocorreu após a barreira da cidade de Manaus, antigo limite urbano que, atualmente, evidencia o avanço da expansão da cidade. A presença de novos empreendimentos comerciais, loteamentos e áreas urbanizadas demonstra que esse limite vem sendo continuamente deslocado, refletindo o crescimento da metrópole em direção ao interior do estado.



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1675868

Ao longo do trabalho de campo na rodovia AM-010 foram observadas profundas transformações territoriais associadas à expansão do capital agroindustrial, energético, logístico e imobiliário no Amazonas. Segundo Oliveira Neto, Jesus e Silva (2025), a modernização da rodovia está diretamente relacionada à ampliação da fluidez territorial, fazendo com que a AM-010 deixe de atuar apenas como via de conexão entre Manaus e os municípios do interior e passe a desempenhar papel estratégico na reorganização espacial da metrópole e na integração da Amazônia aos circuitos produtivos nacionais e internacionais.

No percurso em direção a Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Silves e Itapiranga, verificou-se a consolidação de um mosaico de ocupação do território, composto por áreas industriais, condomínios privados, galpões logísticos, ramais asfaltados, propriedades rurais, unidades de conservação, áreas militares e comunidades tradicionais. Essa diversidade de usos evidencia que a expansão urbana ocorre de forma seletiva, direcionando investimentos para espaços estratégicos ao capital.

Segundo Oliveira Neto e Nogueira (2026), a expansão metropolitana de Manaus ultrapassa os limites tradicionais da cidade ao incorporar áreas rurais e periurbanas às dinâmicas industrial, logística e imobiliária. Nesse contexto, a pavimentação dos ramais fortalece a circulação de mercadorias e consolida a AM-010 como importante corredor logístico regional, articulando os sistemas rodoviário e hidroviário (Oliveira Neto; Jesus; Silva, 2025).

As observações de campo também evidenciaram que esse processo amplia a valorização fundiária e intensifica pressões sobre áreas ambientalmente sensíveis e territórios ocupados por populações camponesas e comunidades tradicionais. A expansão de grandes empreendimentos favorece processos de concentração da terra e conflitos territoriais, aspectos que dialogam com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), ao compreender a expansão do capital no campo brasileiro como um processo marcado pela expropriação territorial e pela subordinação da agricultura camponesa aos interesses do agronegócio.

Além da expansão agroindustrial e logística, observou-se o avanço das atividades energéticas, especialmente nos municípios de Silves e Itapiranga, associado à exploração de gás natural e à ampliação da infraestrutura regional (Oliveira Neto; Jesus; Silva, 2025). Essas transformações também produzem impactos ambientais, como a fragmentação florestal e a pressão sobre áreas de ocorrência do sauí-de-coleira.

Dessa forma, a AM-010 consolida-se como um dos principais eixos da reorganização territorial contemporânea da Amazônia. Ao mesmo tempo em que amplia a integração regional e os fluxos econômicos, intensifica desigualdades socioespaciais, conflitos fundiários e pressões sobre comunidades tradicionais e áreas protegidas, evidenciando as contradições da modernização territorial na região.

2.2 Expansão territorial, distritos agropecuários e os novos vetores de ocupação ao longo da AM-010

Ao longo da AM-010 também foram analisadas áreas vinculadas ao antigo projeto de ocupação territorial coordenado pela SUFRAMA, especialmente o Distrito Agropecuário da SUFRAMA (DAS). As observações de campo permitiram compreender que essas áreas



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1675868

continuam desempenhando papel estratégico na reorganização do território e do mosaico produtivo da periferia ampliada de Manaus.

Organizado em diferentes núcleos de ocupação distribuídos fora da área urbana consolidada, o distrito vem passando por novos processos de apropriação territorial associados à instalação de empresas privadas, empreendimentos logísticos e atividades industriais, evidenciando mudanças na função econômica originalmente planejada para a região.

Outro ponto analisado foi a unidade da EMBRAPA Amazônia Ocidental, cuja atuação se destaca pelo desenvolvimento de pesquisas voltadas ao melhoramento de sementes, tecnologias agrícolas e sistemas produtivos. Durante o campo discutiu-se que parte dessas pesquisas atende às demandas das cadeias produtivas em larga escala e dos mercados globais, inserindo a produção científica na lógica de modernização seletiva do território, frequentemente mais voltada aos interesses do agronegócio do que às necessidades da agricultura familiar e camponesa.

Além dessas áreas de pesquisa, observaram-se unidades de conservação e áreas de uso militar restrito, evidenciando a atuação simultânea de diferentes agentes como Estado, Forças Armadas, instituições de pesquisa e empresas privadas na organização do território amazônico.

Segundo Oliveira Neto e Nogueira (2026), a expansão da metrópole de Manaus ocorre por meio da constituição de novos eixos de valorização territorial articulados às infraestruturas logísticas e às redes de circulação. Nesse contexto, os ramais asfaltados tornam-se importantes vetores de expansão urbana, industrial e fundiária.

As observações de campo evidenciaram que muitos desses ramais atravessam áreas próximas a unidades de conservação, intensificando pressões sobre ecossistemas sensíveis, como ocorre nas proximidades da Reserva Ducke e da região da Cachoeira do Leão, onde a expansão de loteamentos e novas ocupações já altera a dinâmica territorial.

A pavimentação dos ramais também contribui para a valorização fundiária de áreas antes pouco ocupadas, estimulando a especulação imobiliária e a instalação de novos empreendimentos privados. Paralelamente, verificou-se a intensificação de fluxos migratórios provenientes de diferentes estados e regiões, favorecendo a expansão de novos bairros periféricos e ampliando a incorporação dessas áreas à dinâmica metropolitana.

Dessa forma, os distritos agropecuários, os centros de pesquisa, os ramais asfaltados e os novos empreendimentos logísticos constituem elementos centrais da reorganização contemporânea do território amazônico, evidenciando a expansão da metrópole de Manaus para além de seus limites urbanos tradicionais.

2.3 Itacoatiara e Novo Remanso: logística, portos e expansão do agronegócio

Ao longo do trecho entre o distrito de Novo Remanso e Itacoatiara, observou-se a crescente importância desses municípios na reorganização logística e produtiva do Amazonas. Ambos vêm assumindo funções estratégicas no escoamento de mercadorias, especialmente grãos, combustíveis e produtos industriais, consolidando-se como importantes pontos de integração entre os sistemas rodoviário e hidroviário da região. A instalação de estruturas portuárias pelo Grupo Simões, em razão da inviabilidade de implantação em Manaus, reforça esse processo de descentralização das atividades logísticas.



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1675868

Em Itacoatiara, destacou-se a intensa movimentação portuária e a presença de estruturas destinadas ao armazenamento e transporte de mercadorias em larga escala, evidenciando sua consolidação como importante eixo logístico do agronegócio amazônico. Segundo Oliveira Neto, Jesus e Silva (2025), a modernização da infraestrutura regional está diretamente relacionada à ampliação dos sistemas de circulação e ao fortalecimento dos fluxos produtivos na Amazônia, articulando rodovias, hidrovias e portos para aumentar a eficiência do transporte de mercadorias.

Durante o campo discutiu-se que o transporte hidroviário apresenta custos inferiores ao rodoviário, sobretudo para cargas a granel, como soja, milho e combustíveis, tornando-se elemento estratégico para o escoamento da produção. Nesse contexto, os portos assumem papel fundamental na garantia da fluidez territorial e na integração da Amazônia aos circuitos produtivos nacionais e internacionais.

No distrito de Novo Remanso, observaram-se estruturas portuárias voltadas ao agronegócio e ao setor energético, com destaque para o porto graneleiro responsável pelo escoamento de grãos para estados como Rondônia, Roraima e Mato Grosso. Também foi discutida a implantação de novos empreendimentos destinados ao transporte de petróleo e contêineres, demonstrando a crescente especialização logística da região. Esse processo evidencia que a instalação de novos portos impulsiona outras infraestruturas de apoio, reorganizando o território de acordo com as demandas da circulação de mercadorias.

As observações de campo também evidenciaram que essa modernização beneficia principalmente grandes empresas exportadoras, enquanto pequenos produtores rurais enfrentam dificuldades para acessar essas estruturas devido aos elevados custos operacionais e à limitada inserção nos grandes circuitos comerciais. Além disso, embora os empreendimentos ampliem a arrecadação municipal por meio de impostos e royalties, esses recursos nem sempre se refletem em melhorias proporcionais nas áreas de educação, saúde e infraestrutura urbana.

Ao mesmo tempo, a expansão portuária intensifica a valorização fundiária e amplia as pressões sobre territórios ocupados por populações tradicionais e pequenos produtores. Conforme discutido durante o campo, o avanço de grandes empreendimentos frequentemente ocorre com pouca transparência, favorecendo processos de concentração fundiária e aprofundando conflitos territoriais.

Logo, Itacoatiara e Novo Remanso exemplificam como a Amazônia vem sendo incorporada às dinâmicas globais de circulação e acumulação de capital. Os portos, as hidrovias e os sistemas logísticos consolidam-se como elementos centrais da reorganização territorial regional, fortalecendo a expansão do agronegócio, do setor energético e dos grandes empreendimentos empresariais.

2.4 A Fazenda Aripuanã e a lógica global de apropriação do território

Outro ponto analisado durante o trabalho de campo foi a Fazenda Aripuanã, localizada a aproximadamente 30 km de Itacoatiara. A propriedade, pertencente a um importante grupo empresarial do agronegócio brasileiro, constitui um exemplo das transformações territoriais promovidas pela expansão do capital sobre a Amazônia.

Segundo as discussões realizadas em campo, a ocupação da área consolidou-se a partir da década de 1960, com a incorporação de extensas porções de terra ao patrimônio privado da empresa. Atualmente, o grupo possui cerca de 17 mil hectares apenas nessa propriedade, além de outras áreas distribuídas pela Amazônia e por diferentes regiões do país.

Inicialmente, o empreendimento destinava-se à agropecuária e ao cultivo de algodão em larga escala. Entretanto, as condições naturais da região demonstraram as limitações desse modelo produtivo, evidenciando que a elevada cobertura florestal não corresponde, necessariamente, à alta fertilidade dos solos para monoculturas intensivas. Posteriormente, o grupo passou a investir em projetos de reflorestamento econômico com castanheira-do-pará, financiados por recursos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Banco da Amazônia, voltados à produção florestal destinada ao mercado internacional.

Embora o empreendimento utilize um discurso associado à sustentabilidade e à preservação ambiental, observou-se que sua lógica permanece vinculada à valorização econômica da terra e à inserção da produção nos mercados globais. O reflorestamento, nesse contexto, constitui não apenas uma estratégia ambiental, mas também um mecanismo de legitimação da ocupação privada de extensas áreas do território amazônico.

Essa dinâmica pode ser relacionada às análises de Umbelino de Oliveira (2007), que compreende a expansão do capital no campo brasileiro como um processo marcado pela monopolização da terra, concentração fundiária e apropriação privada dos recursos naturais. No caso da Fazenda Aripuanã, os financiamentos públicos contribuíram para fortalecer grandes propriedades privadas, enquanto pequenos produtores continuam enfrentando dificuldades de acesso ao crédito, à regularização fundiária e às políticas de apoio à produção.

Durante o campo também foi discutido que projetos dessa natureza frequentemente se apoiam em discursos de responsabilidade socioambiental e compensação ecológica. Entretanto, tais estratégias tendem a ocultar a lógica predominante de exploração econômica dos recursos naturais e de integração da Amazônia aos circuitos internacionais de circulação de mercadorias.

Nesse sentido, a Fazenda Aripuanã evidencia como a lógica global do capital atua sobre o território amazônico. A concentração fundiária, o acesso a financiamentos públicos, a produção voltada à exportação e a transformação da floresta em ativo econômico demonstram que a reorganização territorial da Amazônia permanece fortemente subordinada às demandas da acumulação capitalista e dos mercados internacionais.

2.5 Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago do Serpa

A cerca de 8 km de Itacoatiara, o quilombo foi visitado com a recepção do coordenador geral das comunidades quilombolas do Amazonas, Ernando Soares Macedo, e do professor Claudemilson Oliveira, militante na defesa de comunidades tradicionais. O território, com 2.700 hectares delimitados pelo INCRA e 149 famílias cadastradas, é considerado por estudiosos a segunda comunidade quilombola mais documentada do Brasil, atrás apenas do Quilombo dos Palmares (Clemente; Inhuma, 2021).

O professor Claudemilson teve um papel fundamental na identificação do quilombo. Em 2012, iniciou uma pesquisa documental, coletando listas de escravos, mapas e livros para fundamentar a ancestralidade da comunidade. Esse material foi enviado à Fundação Palmares



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1675868

e, em 10 de dezembro de 2014, a certificação do quilombo foi publicada no Diário Oficial da União. Para a comunidade, o quilombo passou a ser uma camada de proteção, permitindo que famílias que haviam saído comesçassem a retornar, o que foi um ganho para a comunidade, já que ela estava quase totalmente habitada por pessoas da cidade.

A origem do quilombo começa no século XIX e está ligada ao expansionismo norte-americano sobre a Amazônia, motivado pela doutrina do destino manifesto e pelo interesse de estados escravistas do sul dos EUA em deslocar a população negra para a região, com isso, em 1853, foi criada a Companhia de Navegação e Comércio da Amazônia, liderada pelo Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Souza). Como parte desse projeto, em 1854, foi fundada a Colônia Mauá (em Manaus) e a Colônia Itacoatiara na Vila de Serpa, assim a colônia nasceu como uma resposta geopolítica aos americanos.

A partir de 1857, africanos livres⁵ resgatados de navios negreiros ilegais foram trazidos para trabalhar na colônia. Ao todo 36 africanos chegaram à Serpa para trabalhar sob a tutela do Império. Com a decadência da colônia a partir de 1860 em razão da Guerra de Secessão e de sucessivas crises econômicas, seus trabalhadores negros foram dispensados e migraram para as margens do Lago do Serpa, onde já extraíam lenha para os navios a vapor. Ali estabeleceram-se, sobrevivendo da caça, pesca e coleta de frutos e da venda de produtos como couros e, posteriormente, carvão na cidade, o que lhes rendeu o termo "pretos carvoeiros"⁶.

Até a inauguração da estrada, em 1965, a população do lago era majoritariamente negra e vivia de certa forma isolada, já que só chegavam até a cidade para realizar suas vendas por meio do rio (o lago de Serpa possui um igarapé que se conecta com o rio Amazonas). Com a via, a cidade descobriu o território, atraindo empresários que começaram a comprar terras. Esse processo gerou um deslocamento da população original (para Manaus, Novo Remanso, Lindoia, Rio Preto da Eva) e, segundo Claudemilson, um rebranqueamento da área pressionado pelo capital imobiliário.

Nesse contexto, destacou-se a resistência organizada da comunidade diante das tentativas de apropriação do território. Um dos principais exemplos foi a mobilização contra o empreendimento imobiliário denominado "Paraíso do Serpa", planejado para ser implantado em área do quilombo. A atuação das lideranças comunitárias, especialmente Ernando Soares Macedo e Claudemilson Oliveira, resultou na denúncia das irregularidades do projeto junto ao Ministério Público Federal, culminando no embargo judicial da obra. Apesar das ameaças, do assédio moral e da exclusão social sofridos pelos defensores do empreendimento, a comunidade manteve sua luta em defesa da terra, da memória histórica e dos modos de vida tradicionais.

A resistência organizada pelos moradores demonstra que a luta pelo território ultrapassa a questão fundiária, constituindo também uma defesa da memória histórica, da identidade e dos direitos conquistados por meio da certificação quilombola. Dessa forma, o caso do Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago do Serpa exemplifica os conflitos existentes entre diferentes projetos de uso do espaço: de um lado, a lógica do mercado e da acumulação de capital, de outro, a permanência de comunidades tradicionais que buscam garantir a

⁵ Segundo Claudemilson, eram pessoas trazidas da África que foram apreendidas no mar após a proibição do tráfico negreiro, ficando sob a tutela do Estado brasileiro em regime de trabalho obrigatório.

⁶ Termo utilizado por Claudemilson.

continuidade de seus modos de vida, de suas práticas culturais e de sua relação histórica com o território.

2.6 Complexo Termelétrico Azulão (Azulão 950)

O Complexo Termoelétrico Azulão 950 fica localizado em Silves, a 336 km de Manaus, que atualmente se encontra em um processo de finalização da construção. O complexo pertence à empresa Eneva e é a principal área que vai gerar energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional. No decorrer da passagem pela estrada observaram-se várias torres de transmissão, as torres maiores são referente ao sistema Tucuruí - Manaus, como a linha do Sistema de Interligado Nacional passa bem próximo, eles aproveitam o gás natural da área para gerar energia elétrica e enviá-lo para o Sistema Nacional, que escoar a energia gerada na região amazônica para o restante do país.

Esse tipo de empreendimento se destaca, pois a Amazônia sempre foi vista como uma fronteira do capital de geração de eletricidade, inicialmente com grandes usinas hidrelétricas, entretanto, as usinas hidrelétricas possuem um tempo de rentabilidade ao capital muito longo, visto que demanda um longo período de construção. O professor Dr. Thiago Oliveira relatou que há quatro anos presenciou a floresta virgem, e hoje é observado um complexo industrial quase em sua fase de operação em sua capacidade máxima, ou seja, em três anos, foi gerada uma planta industrial de potência igual ou superior a de uma usina hidrelétrica.

Outrossim, a área que está havendo a intervenção inicialmente pertencia a Petrobrás, entretanto, a partir de 2013, o projeto foi repassado ao mercado financeiro, onde quem adquiriu esse bloco de exploração foi o Banco BTG Pactual, que tem como acionista o ex-ministro da economia Paulo Guedes. Anteriormente foi feita a parada no Complexo do Anebá, que também irá ter poços para explorar o gás natural, lá terá a construção de uma linha de gasoduto até essa planta industrial, que já contempla com vários gasodutos construídos, para abastecer essa planta térmica.

Além disso, muitos desses terrenos foram vendidos, nessa região havia a existência de camponeses, não era despovoado como pode ser previamente pensado, é importante destacar que atualmente não se vê mais essa dinâmica campesina, apenas o grande empreendimento. Segundo o professor, esses terrenos foram comprados por 100 mil reais, sendo que o valor da planta industrial analisada é de 4 bilhões de reais. Portanto, contém um volume de capital enorme e uma população sendo expropriada do seu território.

Ademais, uma termelétrica gera muito calor e vapor, sendo necessário o resfriamento, tal qual uma usina nuclear, esse resfriamento ocorre por meio da água do Rio Urubu, sendo assim, aproximadamente 15 km atravessa uma adutora com mais de 1 metro de diâmetro que irá bombear essa água para resfriar o sistema da usina termelétrica.

O azulão 950 gera 950 MW para abastecer o Sistema Nacional, então, a energia será gerada no Complexo Termelétrico Azulão, e depois, fornecida para o Sistema Interligado Nacional. O ponto visitado é uma das fases mais recente da construção, cerca de 1 km à frente, havia outro empreendimento da Eneva que está em operação desde 2022 e processa, resfria e trata o gás para enviar à cidade Boa Vista (RR). Logo, o empreendimento compreende duas



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1675868

plantas industriais, uma de geração de energia elétrica que abastece o Sistema Nacional, e outra de tratamento do gás para envio à cidade Boa Vista.

2.7 Poço Pioneiro

Em 1998, foi identificado o poço denominado de “poço pioneiro”, onde foi feita a descoberta de gás a partir de uma perfuração, bem na divisa municipal entre os municípios de Silves e Itapiranga. Em várias áreas da Amazônia tem gás e petróleo, mas não para a exploração comercial. Entretanto, nessa área, em 1998, as sondas da Queiroz Galvão Óleo e Gás, que era subsidiária da Petrobrás, identificaram uma grande quantidade de gás.

Ainda em 1998 queimava-se por dia aproximadamente 700.000 m³ de gás. Esse gás ficou queimando por várias semanas, para se fazer a identificação de qual era a quantidade de gás natural que está armazenado no subsolo. É importante destacar que, neste terreno que foi feita a perfuração e onde fica localizada a planta industrial, observou-se que havia várias residências que era justamente dos camponeses que já moravam no local quando a estrada foi aberta. Quando esses empreendimentos começaram a chegar nessa área, os empresários não falavam qual seria esse empreendimento que seria instalado, então, segundo as informações do professor, essas propriedades foram compradas por um valor simbólico de 50 a 100 mil reais. A localidade da planta industrial visitada foi comprada por menos de 100 mil reais, sendo que o valor da planta tem um custo de mais de 1 bilhão de reais, sem contar com a quantidade de gás natural que se encontra armazenado no subsolo.

Outrossim, esse poço além de ser o pioneiro, é um poço que só tem 3.400 metros de profundidade, que foi identificado na margem da estrada e outro que não foi possível ser visualizado. Na área que foi percorrida a pé, foi possível ver o grande empreendimento onde é realizado o tratamento do gás.

Outro ponto a ser destacado foi a floresta, que a primeiro momento parecia ser uma floresta intocada, entretanto, ela já está modificada, cheia de ramais para conectar as áreas onde estão os poços, linhas de gás, de adutoras para abastecer a termelétrica que foi visitada anteriormente.

Além disso, o professor destacou os passivos ambientais, na parte baixa, no fundo do vale se encontra um pequeno igarapé em que a água já está contaminada, com resíduos industriais, assim, com sua nascente devastada. Logo, constata-se que esses grandes empreendimentos demonstram uma dinâmica capitalista, onde a terra tem esse foco de visão de lucro, e com todo o sistema tecnológico e industrial aplicado para a maximização do produto que essa terra contém.

2.8 Sistema De Tratamento De Gás De Azulão (STGA)

No ponto passado havia se observado o “poço pioneiro” que foi descoberto gás natural em 1998, mas, só vai se instalar a primeira planta industrial operacional para se utilizar esse recurso somente em 2022. A ENEVA adquiriu o campo em 2017, área que hoje é todo um bloco de exploração.



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1675868

Esta área está associada à então crise energética no Estado de Roraima, tendo em vista a dependência deste estado da energia produzida na Venezuela, que em 2019 interrompeu o fornecimento. Para continuar abastecendo a cidade de Boa Vista, foi acionada a termelétrica a diesel, então tiveram vários caminhões transportando óleo diesel de Manaus para Roraima. Entretanto, esse meio de transporte tem um custo alto. Tendo em vista que a ENEVA já havia comprado toda a área observada para explorar gás natural, o Governo Federal em conjunto da ENEVA leiloou novamente para a construção de uma área de exploração de gás natural, construir uma termelétrica para abastecer e transportar o gás natural para Boa Vista. Dessa forma, esse empreendimento foi feito para baixar então o alto custo.

No STGA é feito o tratamento do gás, então, primeiramente ele é canalizado de vários poços, é enviado a essa planta, feita a purificação, resfriado a -160°C nas carretas que irão transportar o gás em estado líquido até Roraima, onde vai ser colocado em temperatura ambiente e queimado nas turbinas para gerar energia elétrica.

Como já foi destacado, essa área era povoada por camponeses, com seus estilos de vida, seus roçados, seus meios de sobrevivência, no qual foram expropriados, expulsos do local para a construção desse grande empreendimento que é esse bloco industrial. Portanto, esse complexo gerou diversos impactos socioambientais para esses dois municípios.

A floresta amazônica possui uma grande biodiversidade e uma variedade de pássaros, é importante ressaltar o relato feito pelo prof. Thiago, a incineração do gás resulta na carbonização de pássaros que transitam nas proximidades da estrutura, cujos fragmentos são observados no solo, carbonizados. Evidencia-se, desse modo, que as operações e os sistemas de tratamento do complexo causam impactos diretos sobre a avifauna local.

2.9 Comunidade Centenário

A visita realizada à Comunidade Centenário, localizada no município de Itacoatiara, possibilitou conhecer a realidade social, econômica e territorial vivenciada pelos moradores, bem como os desafios enfrentados na permanência e defesa de seu território. O encontro ocorreu na residência do senhor Anilson, espaço utilizado como centro de reuniões comunitárias. Participaram da conversa moradores da comunidade e dois representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sara e Alexandre, que atuam há aproximadamente dois anos na defesa dos direitos das famílias locais.

A Comunidade Centenário encontra-se em uma área de várzea, característica que influencia diretamente o modo de vida da população. A agricultura praticada pelos moradores depende da dinâmica das cheias e vazantes dos rios, sendo realizada de forma periódica. Além disso, a pesca constitui uma importante atividade econômica e de subsistência. Segundo Diegues (2000), as populações tradicionais estabelecem uma relação histórica e cultural com o ambiente natural, utilizando os recursos disponíveis de maneira integrada às condições ecológicas locais.

Durante a visita, destacou-se a existência de conflitos constantes relacionados à ocupação e ao uso do território. De acordo com os relatos, diversos portos e balsas vêm sendo instalados nos arredores da comunidade nos últimos anos, gerando disputas pelo controle dos espaços e dos recursos hídricos. Essa situação é frequentemente associada ao chamado conflito

das águas, agravado pelas mudanças climáticas e pelo aumento da pressão econômica sobre a região. Para Acseirad (2004), os conflitos socioambientais surgem quando diferentes grupos sociais disputam o acesso e o controle dos recursos naturais, produzindo impactos desiguais sobre as populações mais vulneráveis. Nesse contexto, a Comunidade Centenário enfrenta desafios para manter suas formas tradicionais de ocupação e uso do território.

Também foram destacadas ameaças e intimidações direcionadas às pessoas envolvidas na defesa da comunidade. De acordo com os representantes da CPT, membros que atuam na defesa dos direitos territoriais já receberam ligações ameaçadoras em decorrência das denúncias realizadas contra empreendimentos instalados na região. Essas situações evidenciam as dificuldades enfrentadas por grupos sociais que buscam garantir seus direitos territoriais diante de interesses econômicos que disputam o mesmo espaço.

A visita revelou ainda a condição de vulnerabilidade social da comunidade, composta por cerca de 49 famílias e aproximadamente 48 crianças. Embora esteja inserida em uma área considerada urbana, os moradores relataram a ausência de investimentos públicos em infraestrutura e serviços essenciais, incluindo a necessidade de organizar coletivamente o acesso à energia elétrica. Conforme Santos (2006), o território é constituído não apenas por sua dimensão física, mas também pelas relações de poder e pelas desigualdades que condicionam o acesso aos recursos e serviços disponíveis. Essa realidade demonstra como determinados grupos permanecem à margem das políticas públicas, mesmo estando próximos dos centros urbanos.

Durante a reunião também foram mencionados empreendimentos ligados a grupos empresariais, como o grupo Amaggi, além da intenção da empresa Eneva de instalar uma termelétrica nas proximidades. Na percepção dos moradores, esses projetos ampliam a pressão sobre a área ocupada e intensificam os conflitos territoriais. Como estratégia de fortalecimento comunitário, a CPT busca estabelecer parcerias institucionais, incluindo articulações com a FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas) para capacitação na produção de hortaliças e farinha, além de discutir a importância da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) como instrumento de segurança territorial. A visita evidenciou tanto os desafios relacionados aos conflitos fundiários, à ausência de políticas públicas e à expansão de grandes empreendimentos quanto a organização e a resistência da comunidade na defesa de seu território, de sua identidade e de seu modo de vida.

Considerações finais

O trabalho de campo realizado em Itacoatiara, Silves e Itapiranga permitiu compreender como a Amazônia vem sendo transformada pela expansão do agronegócio, dos empreendimentos energéticos, da atividade madeireira e da infraestrutura logística. Ao longo do percurso, observou-se que a modernização do território favorece principalmente grandes empresas, ao mesmo tempo em que intensifica conflitos fundiários, pressões sobre comunidades tradicionais e impactos ambientais.

As visitas ao Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago do Serpa e à Comunidade Centenário evidenciaram a importância do território para a manutenção da identidade, da



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1675868

cultura e dos modos de vida dessas populações, que enfrentam constantes ameaças decorrentes da valorização fundiária e da expansão de grandes projetos econômicos.

Dessa forma, o trabalho de campo possibilitou relacionar teoria e prática, demonstrando que o território amazônico é marcado por disputas entre os interesses do capital e a permanência das populações tradicionais. A experiência contribuiu para uma compreensão crítica das transformações socioespaciais da Amazônia e da necessidade de garantir justiça socioambiental e direitos territoriais às comunidades locais.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CLEMENTE, Fabiane Aparecida Santos; INHUMA, Yana Gomes. QNA SI QUILOMBO: fragmentos históricos do "Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago do Serpa" de Itacoatiara, Amazonas. In: **COLÓQUIO LATINO-AMERICANO SOBRE INSURGÊNCIAS DECOLONIAIS, PSICOLOGIA E OS POVOS TRADICIONAIS**. Sobral, 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. **Quilombo de Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa**. Disponível em: <<https://franciscogomesdasilva.com.br/quilombo-de-sagrado-coracao-de-jesus-do-lago-de-serpa/>>. Acesso em: 21 jun. 2026.

OLIVEIRA NETO, Thiago; JESUS, Ana Beatriz Castro de; SILVA, Fredson Bernardino Araújo da. **Modernização do território: o caso da rodovia AM-010 (Manaus–Itacoatiara)**. Revista GeoAmazônia, Belém, v. 13, n. 27, p. 24-47, 2025.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **A metrópole de Manaus e suas transformações contemporâneas: indústria, mercado e periferia ampliada**. Brazilian Geographical Journal, Ituiutaba, v. 17, n. 1, p. 1-29, 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.